

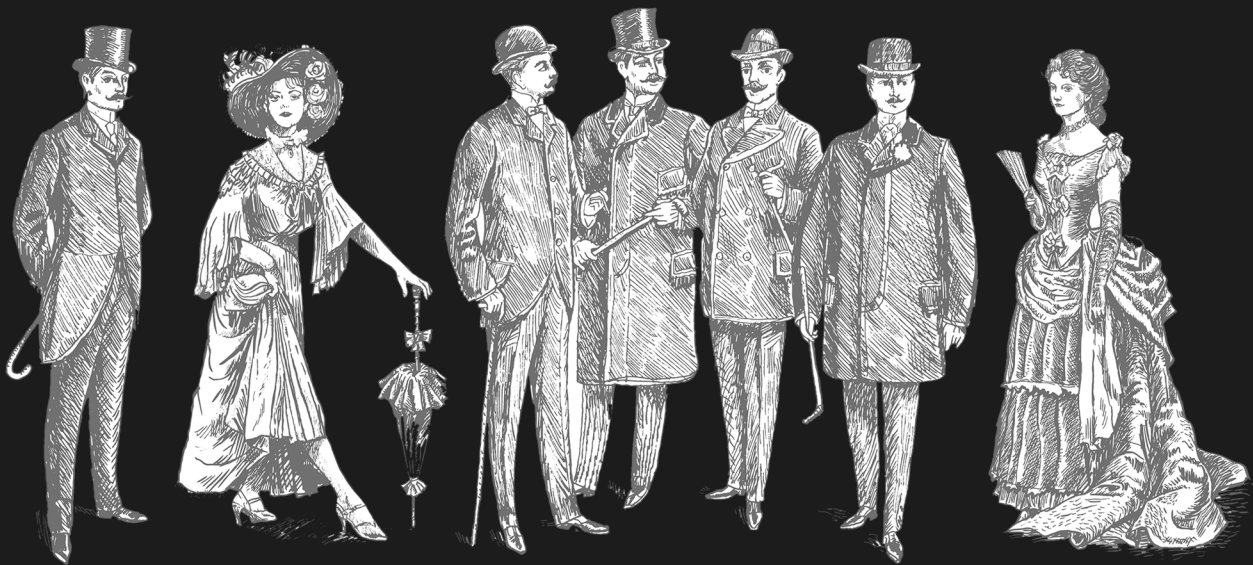
Sentidos e Sujeitos: Elementos que dão Consistência à História

Denise Pereira
Janaína de Paula do Espírito Santo
(Organizadoras)



Sentidos e Sujeitos: Elementos que dão Consistência à História

Denise Pereira
Janaína de Paula do Espírito Santo
(Organizadoras)



Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecário

Maurício Amormino Júnior

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Karine de Lima Wisniewski

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Eivaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza

Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFGA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

**Sentidos e sujeitos:
elementos que dão consistência à
história**

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecário: Maurício Amormino Júnior
Diagramação: Karine de Lima Wisniewski
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadoras: Denise Pereira
Janaína de Paula do Espírito Santo

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

S478 Sentidos e sujeitos [recurso eletrônico] : elementos que dão consistência à história / Organizadoras Denise Pereira, Janaína de Paula do Espírito Santo. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-5706-323-1
DOI 10.22533/at.ed.231201808

1. Aprendizagem. 2. Conhecimento. 3. Prática de ensino
I.Pereira, Denise. II. Espírito Santo, Janaína de Paula do.
CDD 370.1

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O modo com que nos relacionamos com o conhecimento impacta diretamente o processo de ensino aprendizagem e também no modo como encaramos o processo de construção do conhecimento como todo. Há, da mesma maneira uma diferença no tratamento que damos à tensão existente entre a informação produzida pela ciência e aquela a que temos acesso cotidianamente, que reside exatamente na conexão que estamos dispostos a reconhecer entre o conhecimento, a informação e a experiência cotidiana dos indivíduos. De maneira geral, essa relação é vista atualmente, como um elemento de embates e resistências, em uma dinâmica própria, que não é sempre harmônica. Essa espécie de tensão é particularmente visível no momento em que vivemos: há uma espécie conservadorismo que está em crescimento no Brasil atualmente se alimenta dela, e que se coloca, muitas vezes como resistente a ciência de referência e aos consensos científicos reconhecidos. Há uma factualização das informações que passam a fazer sentido para o indivíduo validadas especialmente pela sua própria experiência com o real. Assim, os “espaços de domínio público” do conhecimento vem ganhando cada vez mais dimensão no processo da formação de opiniões, posicionamentos e referenciais das pessoas.

Esse movimento não é um fenômeno apenas nacional, mas se verifica em diferentes partes do globo, o que demonstram a necessidade de um aprofundamento no entendimento do funcionamento destes espaços de difusão da informação e na maneira como os sujeitos e os sentidos do real são constituídos. O pensamento é construído no espaço de relação entre as pessoas, no reconhecimento e na interação dos indivíduos. Da mesma forma em que os saberes e a ciência se expressam por meio de linguagens, mas não se reduzem a elas. É na relação, no reconhecimento e na exploração da construção de sentido dos grupos humanos e reconhecimento dos sujeitos como elementos formadores desse sentido (que portanto, se está contido na maneira em que cada indivíduo constrói sua experiência do real) que a história adquire profundidade, riqueza e forma. É dessa experiência que o conhecimento histórico, se estabelece, se compõe e constrói significados.

Esperamos que as leituras destes capítulos possam ampliar seus conhecimentos e instigar novas reflexões.

Boa leitura!

Denise Pereira
Janaína de Paula do E. Santo

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A CONTRIBUIÇÃO DA RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA PARA A QUALIFICAÇÃO DO PROFISSIONAL DOCENTE	
Maria Lidiane Santos Silva Nilda Aparecida Pascoal Rezende	
DOI 10.22533/at.ed.2312018081	
CAPÍTULO 2	17
A QUESTÃO RACIAL À LUZ DA POLÍTICA DE SAÚDE MENTAL BRASILEIRA: UMA ANÁLISE DOS REBATIMENTOS APÓS GOLPE DE ESTADO DE 2016	
Cristiane Medeiros dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.2312018082	
CAPÍTULO 3	33
A RELEVÂNCIA DA ACESSIBILIDADE NO MERCADO DE TRABALHO: ESTUDO DE CASO NA HIALA METALÚRGICA	
Isana Ferreira Fernandes dos Santos Delvania dos Santos Freitas Silva	
DOI 10.22533/at.ed.2312018083	
CAPÍTULO 4	47
A SOCIEDADE RECREAÇÃO FAMILIAR JAGUARENSE EM JAGUARÃO RS (1852 – 1881)	
Alan Dutra de Melo Ronaldo Bernardino Colvero	
DOI 10.22533/at.ed.2312018084	
CAPÍTULO 5	62
EXPERIÊNCIAS E LUTAS DOS PROFESSORES DA REDE PÚBLICA ESTADUAL DE PERNAMBUCO NO PERÍODO DA TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA (1979-1985)	
Max Rodolfo Roque da Silva André Gustavo Ferreira da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.2312018085	
CAPÍTULO 6	74
FONTES ORAIS E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA NA PESQUISA COM BENZEDEIRAS E CURANDEIRAS EM CHAPECÓ/SC	
Alex Junior Rapczynski	
DOI 10.22533/at.ed.2312018086	
CAPÍTULO 7	80
HISTÓRIA DO PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO E FORMAÇÕES DISCURSIVAS NO BRASIL IMPERIAL: PRINCÍPIOS, SABERES E SUJEITOS	
Diego Dias Salgado	
DOI 10.22533/at.ed.2312018087	
CAPÍTULO 8	92
O DECRETO Nº 500/1955 NO CONTEXTO DA LEGISLAÇÃO FUNDIÁRIA: CONFLITOS AGRÁRIOS E GESTÃO DAS TERRAS DEVOLUTAS EM GOIÁS (1955-1958)	
Matheus de Araujo Martins Rosa	
DOI 10.22533/at.ed.2312018088	

CAPÍTULO 9	103
O PROBLEMA DA MEDIÇÃO NA MECÂNICA QUÂNTICA: ANÁLISE LÓGICA DE ALGUMAS TENTATIVAS DE SOLUÇÃO	
Moisés Romanazzi Tôrres	
DOI 10.22533/at.ed.2312018089	
CAPÍTULO 10	119
O RURAL, O URBANO, E A QUESTÃO DOS BRASIGUAIOS NA FRONTEIRA PARAGUAI-BRASIL, A PARTIR DE APROPRIAÇÕES MUDIÁTICAS	
Roberta Brandalise	
DOI 10.22533/at.ed.23120180810	
CAPÍTULO 11	130
O SUJEITO DO DISCURSO IMOBILIARIO NA REGIÃO NORTE DE MATO GROSSO: ONTEM E HOJE	
Luciane Lucyk	
DOI 10.22533/at.ed.23120180811	
CAPÍTULO 12	142
OS ESTUDOS DAS RELAÇÕES RACIAIS NO BRASIL E OS DILEMAS PARA O CUMPRIMENTO DA APLICAÇÃO DA LEI 10639/2003	
Pedro Barbosa	
DOI 10.22533/at.ed.23120180812	
CAPÍTULO 13	157
<i>SOMOS MULHERES, SOMOS POVO, SOMOS HISTÓRIA, SOMOS RESISTÊNCIA!</i> : REFLEXÕES SOBRE A FORMAÇÃO POLÍTICA E PROCESSOS EDUCATIVOS DAS MULHERES SEM TERRA NO MST	
Flávia Pereira Machado	
DOI 10.22533/at.ed.23120180813	
CAPÍTULO 14	171
TEMPESTADE OU TEMPO FIRME: ANÁLISE HISTÓRICA E POLÍTICA SOBRE A PRESENÇA DE DEMOCRACIA NO BRASIL	
Fernanda Viana Falkoski	
DOI 10.22533/at.ed.23120180814	
CAPÍTULO 15	183
VAI NA BRASILEIRARAGEM: MEMÓRIA COLETIVA E IDENTIDADE NACIONAL EM UM ANÚNCIO DA NIKE DA COPA DO MUNDO DE 2018	
Kelly Cristina Torres de Barros Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.23120180815	
SOBRE AS ORGANIZADORAS	196
ÍNDICE REMISSIVO	197

A SOCIEDADE RECREAÇÃO FAMILIAR JAGUARENSE EM JAGUARÃO RS (1852 – 1881)

Data de aceite: 10/08/2020

Data de submissão: 04/05/2020

Alan Dutra de Melo

Universidade Federal do Pampa – Jaguarão RS

<http://lattes.cnpq.br/0089222230213679>

Ronaldo Bernardino Colvero

Universidade Federal do Pampa – São Borja RS

<http://lattes.cnpq.br/3017947075069963>

Trabalho publicado em 2018 nos anais do III Seminário de Patrimônio: Diálogos e Perspectivas: FURG – Rio Grande, evento realizado em 2017; E publicado como artigo na revista Missões – revista de Ciências Humanas e Sociais em 2017. V3.N2: <https://periodicos.unipampa.edu.br/index.php/Missoes>

RESUMO: Este estudo faz parte da tese em Memória Social e Patrimônio Cultural, realizada junto à Universidade Federal de Pelotas RS, sobre a Associação Cruzeiro Jaguarense em Jaguarão, mais conhecida como Clube Jaguarense, cuja sede central está localizada no centro da cidade, dentro do perímetro da zona de tombamento realizado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. Neste trabalho destacaremos os primórdios da entidade localizada entre os anos de 1852 a 1881, ainda como denominação de

Sociedade Recreação Familiar Jaguarense. A metodologia do estudo é de natureza interdisciplinar com enfoque qualitativo, utilizando como fonte principal são os jornais do século XIX. Os resultados encontrados apontam para a importância do bem cultural, destacando as memórias associadas ao objeto de estudo e suas intersecções com a história local.

PALAVRAS-CHAVE: Associação Cruzeiro Jaguarense, História, Jaguarão, Memória, Patrimônio Cultural.

THE JAGUARENSE FAMILY RECREATION SOCIETY IN JAGUARÃO RS (1852 - 1881)

ABSTRACT: This study forms part of a dissertation, currently underway, about the Associação Cruzeiro Jaguarense in Jaguarão, Rio Grande do Sul Brazil, better known as Clube Jaguarense, whose head office is located in the city's downtown within the perimeter of the area officially declared as national historical heritage by the Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). In this article we highlight the beginnings of this organization between 1852 and 1881 when it was still referred to as Sociedade Recreação Familiar Jaguarense. The methodology of this study is interdisciplinary, has a qualitative focus, and as

employs 19th century periodicals as its principal sources. The results obtained point to the importance of this cultural resource, highlighting the memories associated to this object of study and its intersections with local history.

KEYWORDS: Associação Cruzeiro Jaguareense, history, Jaguarão, memory, cultural heritage.

INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é apresentarmos o Club Jaguareense no momento de sua fundação em 1881. A entidade em sua denominação atual, como Associação Cruzeiro Jaguareense remonta ao ano de 1975, momento em que o clube realizou uma fusão de patrimônio com o Esporte Clube Cruzeiro do Sul, um clube de futebol criado em 1924.

Para tanto, abordamos os antecedentes do Club Jaguareense, recuando ao ano de 1852 quando ocorreu a criação da Sociedade Recreação Familiar Jaguareense, chamada, na época, de Bailante, pelas atividades que nela eram desenvolvidas. Essa Sociedade originou o Club Jaguareense, após a dissolução da Bailante, atendendo a elite local e alcançamos ao desfecho desta proposta o ano de 1881, deixando os períodos subsequentes para análise em outros trabalhos.

Sobre o que pretendemos, acompanhamos Pesavento (2005), entendendo as potencialidades e os limites desta empreitada. Na concepção da autora:

Em termos gerais, pode-se dizer que a proposta da História Cultural seria, pois, decifrar a realidade do passado por meio de suas representações, tentando chegar àquelas formas, discursivas e imagéticas, pelas quais os homens expressam a si próprios e o mundo. [...] A rigor, o historiador lida com uma temporalidade escoada, com o não-visto, o não-vivido, que só se torna possível acessar através dos registros e sinais do passado que chegam até ele (PESAVENTO, 2005, p. 42).

Portanto, parece-nos que a história cultural aponta para um dos suportes teóricos cabíveis para a observação e reflexão sobre o Club Jaguareense, como um artefato cultural que expressa e traduz a realidade de forma simbólica. O tópico, em suma, inicia relatando o ambiente festivo do Brasil Colonial; seguindo do aparecimento do clube, em que abordamos também as atividades recreativas e sociais encontradas como pertinentes a entidade, os fundadores e, como ponto importante, o carnaval.

A SOCIEDADE RECREAÇÃO FAMILIAR JAGUARENSE (1852-1881)

No período que nos toca, cabe-nos pensar sobre a sociabilidade no século XIX e como era o ambiente das festividades, não só em Jaguarão, mas no Brasil Colonial como um todo. Podemos iniciar o percurso lembrando que a vida neste período estava profundamente marcada pelo tempo religioso, tendo em vista que a igreja católica.

Araújo (2008), em seu trabalho destaca que, no contexto colonial citado, havia, na sociedade, um espaço demasiado para festas, especialmente as religiosas. Em seu escrito:

Havia, com efeito, grande quantidade de dias santos e feriados civis; em finais da década de 1810, segundo Spix e Martius, os primeiros eram exatos 35, os segundos 18 no total. O que significava, só aqui, 14,5% do ano. Acrescentem-se a esses dias de folga – e de folguedos – os domingos, naturalmente santificados, o do padroeiro do lugar e os de comemorações especiais (que ninguém era de ferro), como a transladação de qualquer imagem de uma igreja para outra, a chegada de um bispo [...] (ARAÚJO, 2008, p. 127).

De acordo com que propõe Araújo (2008), a festa era considerada uma obrigação coletiva imposta, especialmente pelo estado através da igreja católica, diferentemente de como a entendemos hoje. Na época em questão, tratava-se de uma forma impositiva inscrita numa organização social rígida a tal ponto dos súditos pagarem multas caso não participassem das procissões. O autor relata:

As autoridades mais do que estimulavam, obrigavam, a participação nas procissões. Considera-se que a lei maior do Reino, as *Ordenações*, mandava assim que assim fosse até para o morador a menos de uma légua da vila ou cidade em que se fizesse uma procissão, sob pena de pagar “da cadeia mil-reis, a metade para o Conselho e a outra para quem acusar”. [...] Por seu turno, as autoridades eclesiásticas eram magnânimas nessas resoluções, tanto que desde 1707 um sínodo diocesano estabelecia com rigidez provavelmente desnecessária que seria pecado mortal a não observância dos dias santificados (ARAÚJO, 2008, p. 128).

Neste contexto de influência religiosa, Araújo (2008) faz outro apontamento:

Neste estilo de vida que valoriza descomedidamente a indolência, havia lugar natural de destaque, sob incitação do Estado, para diversões públicas. Um estudioso do Barroco, Werner Weisbach, afirma que nas intenções contra-reformistas da Companhia de Jesus se incluía como forte elemento a propaganda “a satisfação pelo gosto e pela suntuosidade”. Nas procissões, em particular, esbanjava-se tal esplendor e seus participantes podiam demonstrar em toda a pujança seu prestígio e poder, quer exibindo, durante o cortejo, trajes e ornamentos verdadeiramente deslumbrantes, quer ocupando posição de relevo no desfile religioso ou em outras cerimônias [grifo do autor] (ARAÚJO, 2008, p. 170-171).

Estas considerações de Araújo (2008), a nosso entender, nos ajudam a pensar sobre os primórdios da festa e de sua disposição dentro da organização social que, de alguma forma, influenciaram na constituição das festas durante o século XIX. A esse respeito, Martins (2005) reconhece, em Jaguarão, essa propensão para atividades lúdicas e festivas.

é que as constantes crises enfrentadas pela população, não impediram a realização em investimentos em atividades lúdicos-culturais, o que demonstra tratar-se de uma comunidade que buscava além do crescimento econômico, uma aproximação com o mundo cultural e artístico da época (MARTINS, 2005, p. 247).

Tal como elencado por Martins (2005) podemos considerar que existia um ambiente propício ao lazer, e esta característica pode ser aferida em uma das fontes do nosso arquivo, quando realizada a leitura do mesmo. Vejamos o que diz o cronista, no *Jornal de Rio Grande*¹, no ano de 1855, sobre a oportunidade e a importância de participar de um baile:

A semana que vem, deve ser cheia, segundo anuncia, as notas telegráficas, e eu já me empenhei como Hyppolito, para me comunicar o que de bom ocorrer pelo baile d'ámanhan; um divertimento desta ordem neutraliza a influencia dos dissabores que se possam experimentar em uma semana inteira; tenho o convite em cima d'esta mesa, e a promessa do Hyppolito, é tudo quanto necessito o que por lá se passar. Dizem que este baile está acima do ordinário ou do costume, quanto ao serviço e a concorrência: eu observarei tudo, e darei a minha opinião; podendo desde já afirmar que a diretoria é composta de homens de bom gosto, começando pelos doutores que a isto responderão: se a bailante foi sempre bem dirigida, há razão para sê-lo melhor, porque até dos males phisycos esta livre: contanto dous médicos de reconhecido mérito (DIÁRIO DE RIO GRANDE, 19 de abril de 1855).

Do exposto, podemos observar a primeira ocorrência que encontramos através do nosso trabalho analítico nos jornais pesquisados, que referencia diretamente a Sociedade Recreação Familiar Jaguareense, reconhecida como Bailante, na época. Nas palavras do cronista podemos verificar, além do acontecimento, a formalidade com que foi convidado, visto que se tinha um convite à mesa. Mais ainda, podemos reitificar a presença da elite na administração desse espaço de sociabilidade quando ele refere-se aos dois responsáveis da localidade que faziam parte da gestão da bailante, identificando-os pela qualificação profissional, médicos, somado a adjetivação “bom gosto”.

Nesta mesma matéria, também consta descrita a participação do cronista em uma cavalhada, festividade esta que teatraliza uma disputa entre grupos de cavaleiros com espadas. Precisamente, dois grupos rivais que representavam respectivamente os portugueses, como cristãos, e os mouros. Com efeito, estes relatos são importantes a nosso entender, pois as menções ao ano de 1855, em Jaguarão, normalmente versam sobre a ocorrência da cólera.²

Outro fator que pode ser destacado na nota que trazemos, trata-se do aparecimento da Sociedade Recreação Familiar, que até então só aparecia nos primeiros jornais existentes em Jaguarão no ano de 1857. Graças a nota do jornal, em 1855, em conjunto

1 Müller (2010) escreve que este jornal se destacava pelo seu caráter conservador e liberal, em fases distintas, sendo um dos jornais mais importantes do RS que circulava na zona sul gaúcha. Foi fundado em 1848 com atividades finalizadas em 1911.

2 Cf. Soares (2011) A epidemia de *Cholera morbus* foi decretada em 21 de novembro de 1855, após 86 óbitos.

a correspondência oficial assinada por Henrique Francisco d'Ávila e demais diretores em 1879, podemos confirmar que a entidade foi fundada antes de 1857. Portanto, torna-se possível aferir que a bailante foi fundada em 1852.

E sobre o baile assinalava o cronista que traria mais detalhes na semana seguinte, e assim o fez: no dia 05 de maio de 1855, registrou como foi as atividades em Jaguarão. Na sua notícia, “pois fique o mundo inteiro sabendo que estava brilhante, porque os moços e as moças dançaram muito”, relatava ainda que o baile aconteceu nos arredores da Praça da Matriz. Entre outros recreios ocorridos no mesmo dia, incluiu a participação num assado bovino diretamente no couro³ – atividade que encontramos também no século XXI, realizada já no Clube Jaguareense.



Figura 1 – Assado no couro no Clube Jaguareense

Fonte: Disponível em: Acervo da Associação Cruzeiro Jaguareense (s.d.)

Retornando à nota do cronista:

Registro mais uma comelona que houve no dia imediato, em uma chácara no cordão de Jaguarão: os assados em couro ficam excelentes, quando guerreados debaixo de frondosos alamos ou salsos com um bello tanque á pequena distância, e mais ainda ouvindo-se harmonias de uma banda de musica: tive uma sensação inexprimível ao vêr-me no meio de homens de bom gosto, sobresahindo, o dono da casa que não sei por que o não vi no baile. N'esse mesmo dia houve baile mascarado experiencias do Sr. Santiago, baile improvisado, segundo me diceram. **A tudo assisti: e quando me retirava, dice comigo: e digam lá que em Jaguarão se não vive, que se vejeta apenas? Quatro divertimentos em um só dia, só na corte do Rio de Janeiro;** para Jaguarão, é divertimento em demasia: pode causar indigestão; que os médicos possam não curar [grifo nosso] (DIÁRIO DE RIO GRANDE, 05 de maio 1855).

3 Assado tradicional em que a carne é fica muitas horas (aproximadamente 12 horas) sendo cozida diretamente no couro do animal bovino. Presenciamos esta atividade na Estância Bandeira, em Jaguarão, no dia 27 de janeiro de 2009, durante uma tradicional festividade, feriado municipal, umam comemoração que celebra a vitória sobre a invasão dos blancos no município, em 1865.

Fica evidenciado, dessa maneira, o clima festivo, bem com a importância das festas e das celebrações no cotidiano de Jaguarão, visto a interjeição do cronista de que seria muita festa para época, assinalando que quatro divertimentos em um só dia, só na corte do Rio de Janeiro, destacando inclusive a presença de uma banda de música. Há o entrelaçamento nestas atividades entre o exército e a igreja, com vinculação na imprensa, como pode ser visto na nota que segue:

Não devo esquecer de registrar, que a banda de musica da guarda nacional, foi tocar á porta do nosso digníssimo e respeitável vigário, que havia recebido uma provisão de vigario da vara, e outra de vigario da igreja Jaguarensense aprovei e aplaudi a lembranças d'áqueles para demonstrar o quanto é credor de apreço o mesmo vigario: Deus lhe dê força para guiar ao caminho da salvação o rebanho que lhe está confiado (DIÁRIO DE RIO GRANDE, 05 de maio 1855).

O uso de jornais como fonte de pesquisa, nos moldes que trabalha Barbosa (2010), é adequado para se compreender a sociedade da época, “entre a dialética lembrar e esquecer, os jornais diários vão se constituindo como ‘senhores da memória’ da sociedade, aumentando seu campo de atuação e o seu poder” [grifo da autora] (p. 130). Recapitulando:

Funcionando como espécie de memória escrita de uma determinada época, o jornal retém o excepcional. E mesmo quando os fatos mais cotidianos aparecem fixados sob a forma de notícias, há sempre um nexos da narrativa que transpõe esses mesmos acontecimentos do lugar do comum para o do extraordinário. Aprisionando o acontecimento num suporte de excepcionalidade, reproduz-se sob a forma de letras impressas a memória do que é excepcional (BARBOSA, 2010, p. 131).

No que tange os bailes no século XIX, no Rio Grande do Sul, Ramos (2006) esclarece que “nos clubes, tanto da capital, como do interior, o baile era atividade social por excelência, assim como ir ao teatro e frequentar a missa aos domingos e/ou nos dias de festa” (p. 426). E explica mais:

Em meados do século XIX, quando os estancieiros passaram a residir na cidade, em geral, ocuparam uma área nobre, quase sempre representada pelo entorno da praça. Laudelino de Medeiros escreveu que “ao redor da praça e ao longo da rua principal estão as habitações mais ricas. São casas de estancieiros. A frente alta estruturada, com sacadas e a porta principal proporcionada com degraus, muitas vezes de mármore. O piso da casa está a cinquenta centímetros do solo ou mais de um metro (...) de quando em vez essas casas são sobrados” [grifo da autora] (KRAMER, 1969, p.100 ap. RAMOS, 2006, p. 429).

Visto esse espaço ocupado pela elite no RS, chamamos a atenção à importância do baile como forma de sociabilidade dessa elite sul-riograndense no século XIX. Ainda com a autora acerca do nosso Estado:

Uma cidade tem muitas formas de se deixar ver e também de ser lida. Muitos são os sentidos da cidade. Percebê-los, através de sua sociabilidade, é uma das formas de vê-la e lê-la. Considerando que a sociabilidade está imbricada das condições econômicas e políticas dos habitantes, é mister ter em conta que ela vem no bojo dessas condições, mas é acrescida de distintas bagagens culturais e de costumes que poderiam ser inscritos na história de longa duração, que também acompanha os diferentes atores sociais urbanos. Em cada vila/cidade do Rio Grande do Sul no século XIX, é possível perceber esse processo de interação/segregação. Portanto, é possível, também, pensarmos nas relações. Em todas as cidades estudadas há uma elite, quase sempre formada por estancieiros, charqueadores e comerciantes, possuidora de casas muito bonitas das cidades, do comércio, das terras e dos gados. É ela também que frequenta os bailes, os teatros e as festas, sejam elas religiosas ou profanas. Isso, de alguma forma iguala essas elites em seus lazeres e sociabilidades e os inscreve nos lazeres e sociabilidades de influência ocidental (RAMOS, 2006, p. 444-445).

Com foco na Sociedade Recreação Familiar Jaguarense, reforçamos a vinculação da entidade com a elite, visto ser a única sociedade bailante, e isso permanece até a penúltima década do século XIX, quando são fundados dois clubes sociais, o Jaguarense e o Cassino Jaguarense, mais tarde denominado como Harmonia. Vejamos um exemplo de chamada para partida mensal:

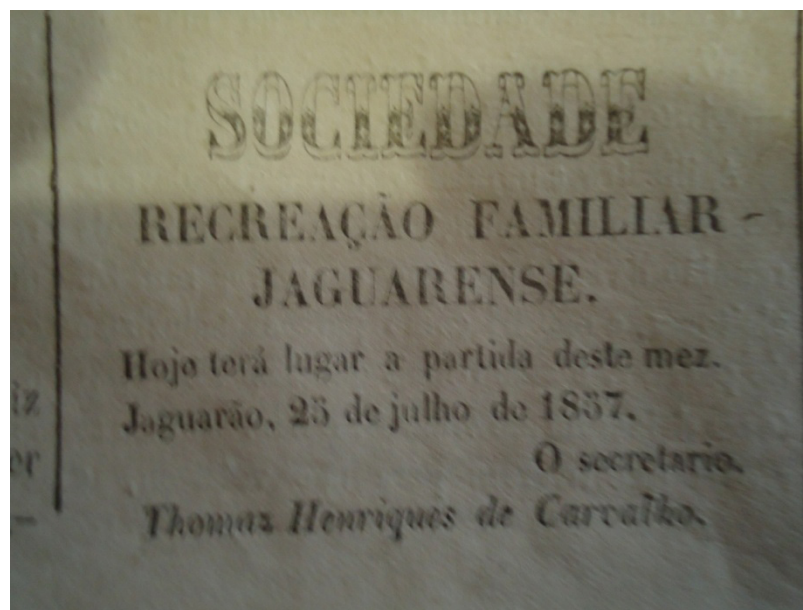


Figura 2 – Sociedade Recreação Familiar *Jaguarense* (Divulgação)

Fonte: Disponível em: *Jornal O Jaguarense*. 25 de julho de 1857.

Os bailes⁴ que ocorriam no período de regime monárquico, eram bastantes valorizados no Brasil, no século XIX. Priory (2017) enfatiza que “as pessoas passavam a ocupar espaços públicos, quando outrora viviam no espaço privado. Esta chamada ‘boa sociedade’ constituía-se num círculo restrito com sutis gradações em seu interior, mesclando diferentes poderes” [grifo da autora] (s.p.). A saber,

4 Ao pesquisar os jornais citados anteriormente, da primeira metade da década de 1850 na Biblioteca Rio-Grandense em Rio Grande chamou-nos a atenção a existência naquele período inclusive anúncios de escolas onde constava a dança entre as disciplinas ofertadas.

Em 1881, a palavra “baila” designava uma reunião festiva em que se bailava. “Bailada” era um baile popular, “Bailado”, um sinônimo para fandango, “bailarico”, uma festa familiar, e “baileco”, um folguedo de má qualidade. As “partidas” ou reuniões noturnas, moda importada de Paris onde recebeu o nome inglês de “*rout*”, congregavam levadas enormes de convidados, vestidos na última moda, para uma reunião mundana. Ali, copo à mão, se conversava. O objetivo? Ver e ser visto. “Fui passar a noite na casa de X...”, significava ter ido a uma partida. Quando reunia pouca gente, e menos tumultuosa, era a “*soirée*”: na definição de J. I. Roquette: “uma divisão do tempo em que a maior parte da gente, tendo preenchido suas ocupações e deveres, busca desafogo e desenfado na conversação e trato de pessoas estimáveis” [grifos da autora] (PRIORY, 2017, s.p.).

Como forma de exemplificação deste clima em Jaguarão, transcrevemos, a seguir, outra nota a respeito dos festejos.

Festejos. Segundo nos consta promove-se nesta cidade uma subscrição, para com seu producto festejar-se a chegada aqui dos bravos corpos de 3º de Infantaria e 5º de caçadores à cavallo. Os festejos constarão de um esplendido baile nos salões da sociedade Recreação Familiar, que será offerecido a brioza officialidade daqueles corpos, e de um jantar na praça de D. Affonso ao qual assitirão os dois corpos que devem se achar nesta cidade hoje ou amanhã. E´ digno de louvor tão patriótica ideia, e estamos certos que Ella terá a aceitação de todas a população do lugar. (ATALAIA DO SUL, 29 de maio de 1870).

A fim de situarmos as sociedades bailantes aqui no sul, trazemos Loner (2016) quando escreve sobre a cidade de Pelotas. Segundo a autora,

Para os primeiros anos o tipo mais comum foi a sociedade bailante, cuja função era realizar bailes periodicamente. Podiam ter sede própria ou funcionar junto a outra entidade, o que permite tecer a rede de relações entre o diversos tipos de associações. Algumas dessas sociedades desenvolveram grupos de teatro ou ofereciam jogos de salão para o desfrute dos associados. Elas estão entre as primeiras entidades encontradas como a Terpsichore (1865) e a Sociedade Phenix Pelotense (1868) em Pelotas e a Imperial Sociedade Instrução e Recreio em Rio Grande (LONER, 2016, p. 82).

Com relação a mesma cidade estudada por Loner (2016), Müller (2010) acrescenta a Sociedade Recreação Pelotense fundada em 1851. Dessa forma, sobre Jaguarão, acentuamos a existência apenas de uma sociedade, tendo como característica ser mais antiga das citadas por Loner (2016), fundada em 1852, nosso objeto, criada no mesmo período e com designação similar a da Sociedade de Pelotas, apontada por Müller (2010).

Dentre as atividades recreativas e lúdicas descritas nos jornais que encontramos no nosso arquivo, destacamos três exemplos que seguem abaixo:

i. Folhetim – “Vou principiar com todos os anjos. Sim, com anjos; o baile em sua accepção verdadeira é um paraiso terrestre momentâneo aonde habitão, voão, sorriem, suspirão os anjos deste vale de lágrimas! (...) este folhetim dirige-se somente ao bello sexo (...) o baile começou 9 horas e meia (...) A concorrência foi esplendida e selecta. As letras, as armas, as artes, o comercio, o luxo, a elegancia, a formusura, o espírito, abrlhantavão e reunião e formavam a mais bella sociedade. (...) A noite evaporou-se com enthusiasmo por entre prazeres e sorrisos. Dansou-se sete quadrilhas, muitas valsas e polkas. Grande parte da reserva do sexo feio, fez constantemente a guarda de honra das contradansas (...) o baile terminou ás três horas da madrugada do dia 19. Esta acabado o folhetim”. (JORNAL ATALAIA DO SUL. Jaguarão, 22 de janeiro de 1871).

ii. Saráo – “No dia 24 do corrente, no salão da sociedade Recreação Familiar Jaguareense – Os Srs Emmanuel Cortés e Conde Luiz Mangui irão offerecerão ao público desta cidade um esplendido Sarao de presdigitação e concerto instrumental e vocal. A concorrência foi magnífica. O Sr. Córtes na exhibição dos seus trabalhos de presdigitação e magia, no dedilhar das cordas do seu mágico violão que palpita e soluça no canto de suas canções espanholas, esteve como sempre sublime. O Sr, Mangui cantou como nunca, tivemos o praser de ouvir diversas peças lyricas. Ambos foram freneticamente aplaudidos pelas famílias, e mais espectadores que se achão presentes. O saráo terminou a meia noite”. (ATALAIA DO SUL. Jaguarão, 27 de janeiro de 1871).

iii. Cronica – “A vida sem o baile, seria o tédio; a sociedade sem a dansa, o deserto, a dôr, a magoa o desespero (...) Como mesmo comprehend-se a existencia sem os zig-zags da quadrilha, os pulinhos da polka e os retornellos caprichosos e doces da walsa?” (REFORMA. Jaguarão, 18 de setembro de 1872).

Portanto, fica evidenciado o caráter recreativo e lúdico como forma de amenizar o duro cotidiano na fronteira. Canstatt (1877)⁵, nos conta que, inclusive no contexto da economia escravagista.

voltando ao assunto cidade e aquilo que oferece encontrei a vida de sociedade completamente insatisfatória. A corrupção condicionada à economia escravagista atravessa todas as camadas da população. As mulheres, em sua quase totalidade, apresentam baixo nível de instrução e portanto, vivem quase exclusivamente em favor das fofocas públicas, das modas e dos prazeres sensuais, enquanto os homens gostam de participar prazerosamente da vida política independente de sua formação intelectual ou posição social. Seguem com uma inconsequência sem par para as correntes políticas do momento... (CANSTATT, 1877 ap. SOARES, 2010, p. 48).

5 Rudof Julius Josef Carl Canstatt nasceu em 21 de julho de 1840 na cidade Ansbach, Alemanha. Estabeleceu-se em Jaguarão em 1877, ao vir de Montevideo segundo o narrador em situação adversa(cf. SOARES, 2010), trata-se de um relato de viagem, Rudolf estava na época morando na Vila de Gal. Artigas, atual Rio Branco e assim descreve quase toda a sua narrativa em tom crítico com o cenário da cidade naquele momento.

Segue ainda Canstatt (1877), sobre o ambiente religioso.

...um padre de Jaguarão⁶ faz pouco tempo comprou uma mulata de 18 anos, para viver com ela um concubinato escandaloso, mantendo-a sob sob severa clausura...

Também as procissões podem ser incluídas entre os passatempos do povo. Apesar de serem realizadas com muitas pompas, carecem de dignidade piedosa, que se vê na Europa, e parecem mais uns carnavais de rua que um ato de devoção eclesial. Realçam-se as cores gritantes usadas por todas as classes e agrupamentos de pessoas, preferidas pelo povo especialmente nos trajes. Aparecem ainda mais quando as antiestéticas combinações das cores nacionais, amarelas e verdes, são realçadas de forma extrema. (CANSTATT, 1877 ap. SOARES, 2010, p47 -p. 48).

Sobre o relato, nos resta perceber a coerência nos apontamentos de Araujo (2008), citado anteriormente sobre o ambiente brasileiro no século XIX, no mesmo sentido também descrito em Freyre (2006).

Retornando à bailante, já se encaminhando próxima do seu desfecho, antes de ser transformada no Club Jaguareense em 14 de agosto de 1881. Dentre os entretenimentos, abaixo, registramos uma nota do jornal *Atalaia do Sul*, de 1. de janeiro de 1875, que informava futura eleição da Sociedade Recreação Familiar Jaguareense e aspirava melhorias para a entidade, à medida que se enfrentava um período de crise.

Mas a bailante não pode morrer. Já faz parte esta instituição do nosso organismo social. Jaguarão sem a Bailante é um cousa desexhabida bem difícil de suportar, que em nada se parecerá com o Jaguarão. A morte da Bailante, o faria retrogradar em sua civilização [Nesta aparece uma nova diretoria, composta pelo Presidente Menandro Rodrigues Fontes e ainda entre os seus membros já aparecem os citados Dr. Henrique Francisco d'Ávila e Dr. José Francisco Diana, como diretores] Esta diretoria abrirá uma nova época nos destinos da bailante, collocando-a em posição harmônica com o estado de nossa civilização e progresso. É de esperar que ilustre directoria conseguirá o apoio da sociedade jaguareense para completa reabilitação da nossa unica sociedade de baile público (ATALAIA DO SUL. Jaguarão, 23 de setembro de 1875.

A nota também prescrevia que as moças deveriam ir com vestidos de chita, pois a simplicidade garantiria a continuidade da bailante, visto que um dos problemas apontados pelo redator seria a impossibilidade de que todos pudessem usar trajes luxuosos; portanto, o luxo seria um problema a ser estirpado do grupo, uma das razões da decadência da entidade. Na nota seguinte, do mesmo jornal, no dia 07 de outubro de 1875, o cronista salienta que a partida mensal, como era chamada a bailante realizada com regularidade, foi muito boa, e reiterou a censura ao problema do luxo nas vestimentas femininas, finalizando seu apontamento em tom afirmativo, na frase “agora sim, podemos nutrir convicção robusta de que a bailante voltará ao tempo de suas antigas glórias”.

6 Ao consultarmos Soares (2011) indentificamos que no período mencionado o município estava sendo atendido por um padre substituto da Paróquia de São João Batista do Herval.

Três anos mais tarde, em 31 de outubro de 1878, ainda no jornal *Atalaia do Sul*, é registrada outra atividade em homenagem ao Visconde de Pelotas⁷, considerada pelo cronista como “pomposo baile”, afirmando “É de esperar que reine maior animação e brilhantismo”.

Já em 1879, observamos outra vez as dificuldades para manutenção da mesma, através da correspondência oficial consultada junto ao Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão, enviada pela Bailante para Bernardino José de Oliveira, para filiação compulsória na Sociedade Recreação Familiar Jaguareense por pelo menos 1 ano, como forma de apoio à instituição, assinada por d’Ávila, enquanto presidente e demais integrantes da diretoria. Trazemos a transcrição do documento:

Tem poucos socios a bailante e tão poucos que não pode ser sustentada com sua receita. E no entanto, a bailante é uma associação de utilidade manifesta, e tão necessária que há 27 anos existe ela sendo sustentada pelos habitantes desta cidade até mesmo nas épocas mais calamitosas porque tem passado a nossa sociedade com as da peste e da guerra. E o único divertimento mensal que possuem as nossas famílias em Jaguarão, é aquele que mais concorre para aproximar e fraternizar. Assim pois a bailante deve ser sustentada mesmo com sacrifício daqueles que desejam o progresso da sociedade jaguareense. Conscios de que V. S. os acompanha nestes sentimentos, e nestas aspirações, os abaixo assignados tomam a liberdade de inscreve-lo como sócio d’essa útil e necessaria sociedade, pelo praso mínimo de um anno e esperando V. S. não se negara a aceitar este convite desde já lhe ficam agradecidos aquelles que presam-se ser.

Em suma, o documento destaca que a bailante funciona há 27 anos, atravessando doenças como a epidemia de cólera, e guerras que inclui a invasão dos blancos e a

7 Tal nota, reitera o apontamento para a circulação da elite na época e que passavam por Jaguarão, assim como o uso do baile como forma de sociabilidade dentro deste grupo social. Sobre o Visconde de Pelotas: José Antônio Correia da Câmara, futuro visconde de Pelotas, nasceu em Porto Alegre em 17 de fevereiro de 1824, filho do general José Hipólito de Lima e de Maria Benedita Correia da Câmara. Seu avô, Patrício José Correia da Câmara, foi o primeiro visconde de Pelotas; seu irmão Leopoldo Augusto da Câmara Lima foi agraciado com o título de barão de São Nicolau. Em 1839 ingressou na carreira militar, no 3º Regimento de Cavalaria, e logo tomou parte em batalha contra os revolucionários envolvidos na Revolução Farroupilha ou Guerra dos Farrapos, que conflagrou o Rio Grande do Sul entre 1835 e 1845. (...) Em 1865, José Antônio Câmara auxiliou na retomada da cidade de Uruguaiana (RS), invadida por tropas paraguaias a mando do presidente Francisco Solano Lopes com o objetivo de aumentar o território do Paraguai e de obter uma saída para o oceano Atlântico. Em 1866 participou da Batalha do Curupaiti, e em 1868, da Batalha do Avaí, em território paraguaio. Nesse mesmo ano foi promovido a brigadeiro. Com o término da guerra, em 1870, reconhecido como um dos heróis do Exército brasileiro, foi promovido a marechal e recebeu o título nobiliárquico de visconde de Pelotas. Receberia ainda a medalha do Mérito Militar e as insígnias da Ordem do Cruzeiro, de comendador de São Bento de Aviz e de oficial da Imperial Ordem da Rosa. Em 28 de março de 1880 foi nomeado ministro de Estado dos Negócios da Guerra. Nesse mesmo ano assumiu uma cadeira no Senado pelo Partido Liberal. Deixou o ministério em 15 de maio de 1881, mas permaneceu no Senado até 1889. Como senador, defendeu, em 1887, os implicados na chamada Questão Militar. Advogou também a causa de emancipação dos escravos e desenvolveu a rede ferroviária no Rio Grande do Sul. Com a proclamação da República em 15 de novembro de 1889, e a instalação do governo provisório chefiado pelo marechal Deodoro da Fonseca, foi por este indicado governador do Rio Grande do Sul. Substituiu assim o vice-presidente da província, Justo de Azambuja Rangel, que desde 6 de novembro ocupava interinamente o lugar do titular Gaspar Silveira Martins. Permaneceu à frente do governo rio-grandense até 11 de fevereiro de 1890, quando foi substituído por Júlio Anacleto Falcão da Frota. Voltou a assumir o governo do estado entre 8 e 17 de junho de 1892, em conjuntura de grande instabilidade, que conduziu, no início de 1893, à eclosão da Revolução Federalista. Faleceu no Rio de Janeiro em 18 de agosto de 1893. Fonte: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/C%C3%82MARA,%20Jos%C3%A9%20Ant%C3%B4nio%20Correia%20da.pdf> acesso em 30/07/2017

do Paraguai. Assim, o presidente da entidade assinala que ela é o único espaço para diversões na cidade, com base nisso, solicitava devida atenção, remetendo portanto sua fundação ao ano de 1852. Trata-se de documento inédito ainda não descrito em outros trabalhos.

Nesse período, logo após, no ano seguinte, o presidente da Sociedade Recreação Familiar Jaguareense, passa para a presidência da Província de São Pedro do RS, exercida entre os anos de 1880 e 1881, segue nota no jornal local (Fig.13) sobre sua passagem no município. Na nota podemos perceber a movimentação com relação ao tema do abolicionismo, pois é relatado a libertação de um escravo. Cabe esclarecer que o presidente de província era eleito pelo Imperador de acordo com Côrrea (2003), e por fim acrescer que Henrique Francisco d'Ávila também foi Ministro da Agricultura e Ministro dos Transportes do Império em 1883 e Presidente da Província do Ceará no ano de 1889.

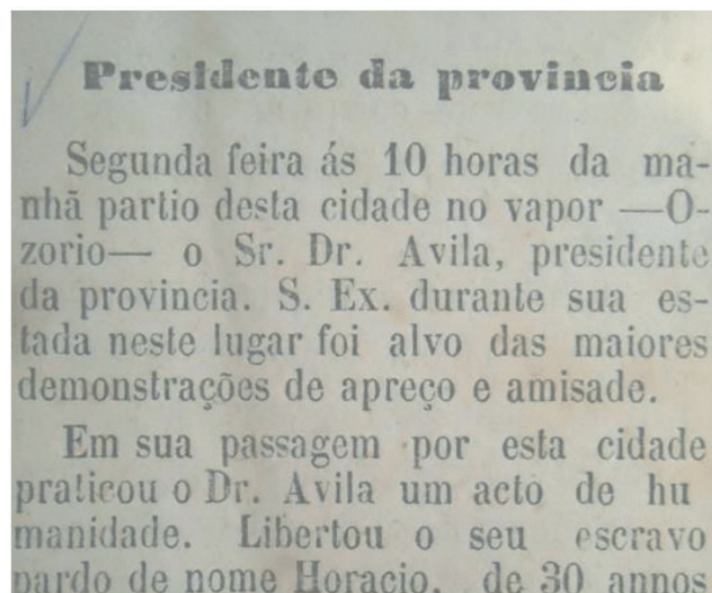


Figura 3 –Nota sobre Henrique Francisco d'Ávila

Fonte: Disponível em: ATALAIA DO SUL. Jaguarão, 30 de dezembro de 1880.

Soares (2011) esclarece o contexto da visita de d'Ávila.

Com grande felicidade para os jaguarenses na ocasião exercia a Presidência da Província o Dr. Henrique D'Ávila, que prometeu aportar em Jaguarão no dia 22 de dezembro, a fim de assistir a Festa do Divino. Mas havia também uma intenção política no ilustre homem público (nascido no Herval, mas residente em Jaguarão), que era vistoriar as obras do canal do Sangradouro (a mais importante reivindicação dos habitantes desta cidade no século XIX e da qual ele se sobressaíra como um dos mais aguerridos e entusiastas defensores), e que após longos anos de esperas tinham finalmente iniciado. E assim sucedeu, pois o Conselheiro D'Ávila chegou na data aprazada e na companhia do Arcebispo D. Vicente Zeferino Dias Lopes (...) ambos regressando à capital no dia 27 de dezembro(...). (SOARES, 2011, p.242)

O último relato significativo que encontramos no nosso arquivo sobre a Bailante refere-se ao carnaval. No jornal *Atalaia do Sul*, data de 10 de março de 1881, é destacado o sucesso do carnaval com um baile na bailante, com início após 22:00h, terminando às 4:00h. A nota aponta também um marco na liberação dos costumes femininos, pois o baile à fantasia permitiu o uso de máscaras, possibilitando igualdade entre os gêneros, questão até então impensada e praticada em Jaguarão de outrora, segundo o relato do cronista. Igualmente descreve que algumas fantasias mais elaboradas provocaram admiração do público e as grotescas ficaram na indagação, se “produzindo o rizo, a hilaridade e corrigir os costumes pelo ridículo e a sátira inofensiva?”. Escreve ainda vaticinando o carnaval de Jaguarão:

O carnaval apreciado superficialmente representa a futilidade; estudado, porem, por todos os seus aspectos mostra o lado philosophico que o caracteriza. É uma distração para o espírito humano; mas é uma distração que ensina a historia, os costumes e tradições, desperta o estudo para o gosto das artes e da litteratura; illuminando a imaginação e a intelligencia – crea a civilização.

Por fim, o cronista menciona novamente, em linhas posteriores, a importância da existência de um grupo denominado como “Club Tal”, que recebeu felicitações, pois acabaria de **lançar a pedra fundamental para a instituição do carnaval na cidade de jaguarão** [grifo nosso]. Isto nos parece uma evidência de um período de transformação e, logo, seria fundado o primeiro clube do município, o Club Jaguareense, em 1881. O Jaguareense foi fundado no dia 18 de agosto de 1881, conforme texto publicado por Claudio Rota Rodrigues em 16 de agosto de 1981 no Jornal Correio do Povo: “...Das cinzas da extinta “Bailante Sociedade Recriação Familiar Jaguareense” que deixara um patrimônio de 1.300\$000 (um conto e trezentos mil réis) surgiu na data festiva de 14 de agosto de 1881 por iniciativa do Dr. Henrique de Ávila...”.

CONCLUSÃO

O trabalho em questão identificou os primórdios do objeto do estudo, da Associação Cruzeiro Jaguareense, denominação atual, desde 1975, como o Club Jaguareense, fundado em 1881. E ao entrar no trabalho de campo, a pesquisa identificou que a entidade em questão foi fundada à partir da Sociedade Recreação Familiar Jaguareense, entidade social, bailante especialmente, que até o momento estava datada como no ano de 1857 como seu início, mas que o trabalho agora, com novas fontes, consegue alcançar o ano de 1852.

Desta forma, com o estudo em questão, foi possível traçar significativas pontes entre a história e memória, tendo em vista as fontes consultadas, destacando a Sociedade

Recreação Familiar Jaguareense como espaço de sociabilidade da elite local no século até o seu desfecho em 1881.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, Emanuel. **O teatro dos vícios**: transgressão e transigência na sociedade urbana colonial. 3. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008.

ATALAIA DO SUL. Jaguarão. 22 de janeiro de 1871. Folhetim Crohnicista do baile. Fonte: Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão.

ATALAIA DO SUL. Jaguarão. 27 de janeiro de 1871. Folhetim Crohnicista do baile. Fonte: Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão.

ATALAIA DO SUL. Jaguarão. 23 de setembro de 1875. Fonte: Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão

ATALAIA DO SUL. Jaguarão. 31 de outubro de 1878. Fonte: Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão

ATALAIA DO SUL. Jaguarão. 30 de dezembro de 1880. Fonte: Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão.

ATALAIA DO SUL. Jaguarão. 10 de março de 1881. Fonte: Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão

BARBOSA, Marialva. **História Cultural da Imprensa**: Brasil, 1800-1900. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

CÂMARA, José Antônio. Verbetes. In. **CPDOC. Fundação Getúlio Vargas**. Disponível <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/C%C3%82MARA,%20Jos%C3%A9%20Ant%C3%B4nio%20Correia%20da.pdf> acesso em 15/11/2017.

CORREIO DO POVO. 16 de agosto de 1981 Jaguarão, apenas para lembrar. Texto de Claudio Rota Rodrigues. p.8

DIÁRIO DE RIO GRANDE. Rio Grande. 19 de abril 1855 Fonte: Biblioteca Pública de Rio Grande

DIÁRIO DE RIO GRANDE. Rio Grande. 05 de maio 1855 Fonte: Biblioteca Pública de Rio Grande

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 51ª São Paulo: Global, 2006.

LONER, Beatriz. **Construção de classe**: operários de Pelotas e Rio Grande. 2.ed. Pelotas: Ed. UFPel, 2006.

MARTINS, Roberto Duarte. **A ocupação do espaço na fronteira Brasil-Uruguaí**: a construção da cidade de Jaguarão. 2001. 271 f. Tese, Doutorado em Histórias Especializadas. Universidade Politécnica da Catalunha, Espanha, 2001. Fonte: Disponível em: <<http://upcommons.upc.edu/handle/2117/93390>>. Acesso em: 25/07/2017.

MÜLLER, Dalila. **“Feliz a população que tantas diversões e comodidades goza”**: Espaços de sociabilidade em Pelotas (1840-1870). 2010. 399 f. Tese, Doutorado em História. Universidade Do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo, 2010. Fonte: Disponível em: <<http://biblioteca.asav.org.br/vinculos/tede/DalilaMullerHistoria.pdf>>. Acesso em: 25/07/2017.

O JAGUARENSE. 25 de julho de 1857. Fonte: Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão.

PESAVENTO, Sandra Jatthy. **História & História Cultural**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

PRYORE, Mary del. Bailes, bailados e soireés e saraus: regras de diversão. In: _____. “**Histórias da Gente Brasileira: Império (vol.2)**”, Editora LeYa, 2016. Fonte: Disponível em: <<http://historiahoje.com/bailes-bailados-soirees-e-saraus-regras-e-diversao/>>. Acesso em: 29/05/2017.

RAMOS, Eloisa Helena Capovila da Luz. Cidades e Sociabilidades (1822-1889). In. PICCOLO, Helga I. L. ; PADOIN, Maria Medianeira (Direção). **Império**. Passo Fundo: Méritos 2006, p. 423-447 V.2 (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul).

SOARES, Eduardo Álvares de Souza. Sergio da Costa (orgs.). **Olhares sobre Jaguarão**. Porto Alegre: Evangraf, 2010.

A REFORMA. Jaguarão, 18 de setembro de 1872. Fonte: Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão
SOARES, Eduardo Álvares de Souza. **Igreja Matriz do Divino Espírito Santo de Jaguarão**. Porto Alegre: Evangraf, 2011.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acessibilidade 33, 34, 36, 37, 38, 42, 43, 44
Análise da Teoria Quântica 103
APENOPE 62, 63, 64, 66, 67, 71, 72
Associação Cruzeiro Jaguareense 47, 48, 51, 59

B

Benedeiras 74, 75, 76, 78, 79

C

Chapecó/SC 74, 75
Conflitos agrários 92
Curandeiras 74, 75, 76, 78, 79

D

Desapropriação de Terras 92, 96, 99

E

Experiências 1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, 10, 11, 14, 15, 32, 35, 62, 65, 67, 70, 72, 80, 82, 83, 84, 88, 102, 140, 142, 145, 158, 159, 169
Experimento das Duas Fendas 103, 104, 105, 106, 108, 109, 111, 114, 115, 116

F

Fontes orais 74, 75, 76, 77, 79
Formação de Professores 1, 2, 3, 4, 5, 7, 11, 16
Formações discursivas 80, 86

G

Goiás 4, 5, 6, 7, 1, 7, 33, 39, 63, 92, 93, 94, 96, 100, 101, 102, 157, 159, 196
Golpe 17, 63, 176

H

História 2, 11, 16, 25, 30, 35, 47, 48, 53, 59, 60, 61, 67, 70, 71, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 99, 101, 102, 107, 112, 113, 123, 124, 129, 131, 134, 139, 140, 142, 143, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 159, 161, 163, 164, 169, 170, 171, 172, 174, 175, 176, 180, 181, 183, 185, 189, 190, 192, 193, 196

História da Educação 73, 80, 82, 83, 84, 90, 91

História do Processo de Escolarização 80, 81, 84, 85, 88, 89

I

Interação 1, 3, 7, 10, 33, 34, 41, 43, 44, 53, 109, 111, 114, 115, 133, 192

J

Jaguarão 47, 48, 49, 50, 51, 52, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61

L

Libras 33, 34, 37, 43, 44, 124

Lógica 23, 24, 27, 29, 87, 95, 103, 105, 107, 108, 110, 115, 116, 144, 162, 167, 168

Lutas 22, 36, 62, 65, 66, 67, 70, 72, 73, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 164, 165, 168, 169

M

Memória 47, 52, 59, 71, 73, 76, 91, 108, 121, 123, 125, 127, 130, 131, 151, 183, 184, 185, 189, 190, 194, 195

Mercado de trabalho 33, 34, 36, 37, 38, 41, 42, 44, 45, 147

P

Patrimônio cultural 47

Política de Saúde Mental 17, 18, 19, 20, 23, 26, 28, 29, 30

Problema da Medição 103, 105, 106, 108, 110, 114, 116

R

Racismo 17, 18, 19, 20, 21, 25, 26, 28, 29, 31, 143, 144, 147, 148, 150, 153, 155, 156

Residência pedagógica 1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 12, 13, 14, 15, 16


S

Sistemas de Informação Geográfica 74, 75, 77, 79

Surdez 33, 34, 37, 39, 41, 42, 43, 44, 45

T

Terras devolutas 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 102



*Sentidos e Sujeitos:
Elementos que dão
Consistência à História*


www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 





*Sentidos e Sujeitos:
Elementos que dão
Consistência à História*

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

